

## O CINTURÃO VERDE E OS MARCOS DE MEMÓRIA DA TERRA: ENTRE IR E FICAR...

Maria Celma Borges<sup>1</sup>

Mariana Esteves de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo apresentamos alguns resultados do projeto de extensão “Cadastramento socioeconômico das famílias do Cinturão Verde e levantamento cartográfico”, realizado por docentes e discentes da UFMS de Três Lagoas, em 2017. O projeto levantou dados que divergem frontalmente da acusação de improdutividade, constantemente atribuída às famílias pesquisadas, por órgãos públicos e parte da mídia, descortinando ainda que esta área, por pertencer a uma APA, requer maior proteção ambiental e social. Damos enfoque às narrativas dos “marcos de memória”, coletadas por meio das entrevistas orais, como as que se referem ao temor do despejo, vivido por homens e mulheres que ali residem e trabalham.

**Palavras-Chave:** Cinturão Verde; Marcos de Memória; Sentido da terra; Instabilidade social.

## THE CINTURÃO VERDE AND THE MEMORY FRAMES OF THE LAND: BETWEEN GO AND STAY ...

**Abstract:** In this article we present some results of the extension project "Socioeconomic Register of Cinturão Verde families and cartographic survey", carried out by professors and students of the UFMS of Três Lagoas, in 2017. The project raised data that differs frontally from the accusation of unproductiveness, constantly attributed to the families surveyed, by public agencies and part of the media, noting that this area, because it belongs to an APA, requires greater environmental and social protection. We focus on narratives of "memory milestones", collected through oral interviews, such as those related to the fear of eviction experienced by men and women who live and work there.

**Keywords:** Cinturão Verde; Memoirs; Sense of the land; Social instability.

---

\*O artigo resulta de parte do projeto de extensão intitulado “Cadastramento socioeconômico das famílias do Cinturão Verde e levantamento cartográfico da área”, realizado em 2017 na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas, Edital Paext/2017, coordenado pela professora Dra. Maria Celma Borges.

<sup>1</sup> Docente do Curso de História da UFMS, Campus de Três Lagoas; Doutora em História pela Unesp/Assis; Pós-Doutora pela UFF e membro da Rede Proprietas INCT.

<sup>2</sup> Docente do Curso de História da UFMS, Campus de Três Lagoas; Doutora em História pela UFGD; mariana.esteves@ufms.br.

## Introdução

*“Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana” Bertold Brecht*

O presente texto refere-se à narrativa de histórias e memórias recolhidas a partir do estudo do modo de vida e trabalho das famílias do Cinturão Verde, no município de Três Lagoas, MS<sup>3</sup>. Visamos discutir as evidências históricas encontradas no trabalho de campo e o significado da terra e do “entre ir e ficar”, especialmente as situações de insegurança e de temor vividas pelas famílias e interpretadas aqui como marcos de memória, a constituir histórias desses homens e mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade, devido ao descaso e violência das ações públicas municipais. No seu desenvolvimento, apresentaremos alguns elementos conceituais sobre a discussão de memória para subsidiar os leitores face aos relatos dos moradores, esclarecendo de início que os marcos que a memória estabelece serão tratados aqui como lembranças e sentimentos marcantes (e não recortes cronológicos), partilhados pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, pelo coletivo, em convergência com os apontamentos de Pollak, ao observar que: “A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (1992: 204).

Borges (2006), ao analisar as representações do sentido da terra e os usos do direito moral por parte dos acampados e assentados do MST no Pontal do Paranapanema, especialmente na narrativa da luta para a conquista da terra e para nela permanecer, lançou mão dos marcos de memória “entendidos como expressões do que se viveu em vista das condições materiais, associadas ao que se sonhara, referendando o desejo das pessoas

---

<sup>3</sup>Tais memórias foram apreendidas a partir do projeto de extensão – PAEXT/2017: “Cadastramento socioeconômico das famílias do Cinturão Verde e levantamento cartográfico”, realizado pelos cursos de História e de Geografia do Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Parte significativa dos dados apresentados neste texto é oriunda do Relatório Final deste projeto, elaborado em 2018, que contou com a participação de professores e acadêmicos e ainda com a colaboração de um servidor técnico, no trabalho da Cartografia, de um pesquisador da UEG e de um membro da Comissão Pastoral da Terra, dentre outros colaboradores externos da comunidade. Agradecemos aos acadêmicos do Curso de História, Laíssa Thaila Vicente, Diogo Ferreira, Taís Alves, Lívia Becari e Fabio Dias Assunção, pela ajuda na coleta dos relatos e transcrição das entrevistas.

comuns impresso nas condições subjetivas e no direito moral” (BORGES, 2006: 71). As narrativas, quando entrecruzadas, revelam pontos comuns e sentimentos partilhados, que entendemos como marcos porque reincidentem e se repetem sistematicamente, ainda que permeados pelas particularidades dos indivíduos.

Sobre o objeto, a saber, o Cinturão Verde é uma área cedida na forma de contratos de comodato, por tempo determinado, com 184 lotes de 01 hectare cada, anexa e bem próxima à zona urbana da cidade de Três Lagoas– MS, especialmente do conjunto habitacional Vila Piloto. Como narra Queiroz (2013), o Cinturão teve a sua origem em 1975, quando ocorreu a desapropriação da fazenda Santa Helena para a implantação de um Distrito Industrial no município. Parte fora então cedida pela Prefeitura Municipal para o cultivo de hortaliças pelos pequenos agricultores. Mas, foi somente em: “[...] dezembro de 2002 que os moradores conquistaram, por meio de ampla mobilização<sup>4</sup>, a lei que criou oficialmente o Cinturão Verde, anteriormente denominado pelos órgãos públicos como área industrial” (2013: 26). A Lei municipal 1807/2002 prevê três áreas na composição do Cinturão, destinadas à produção de hortifrutigranjeiros, e estabelece que:

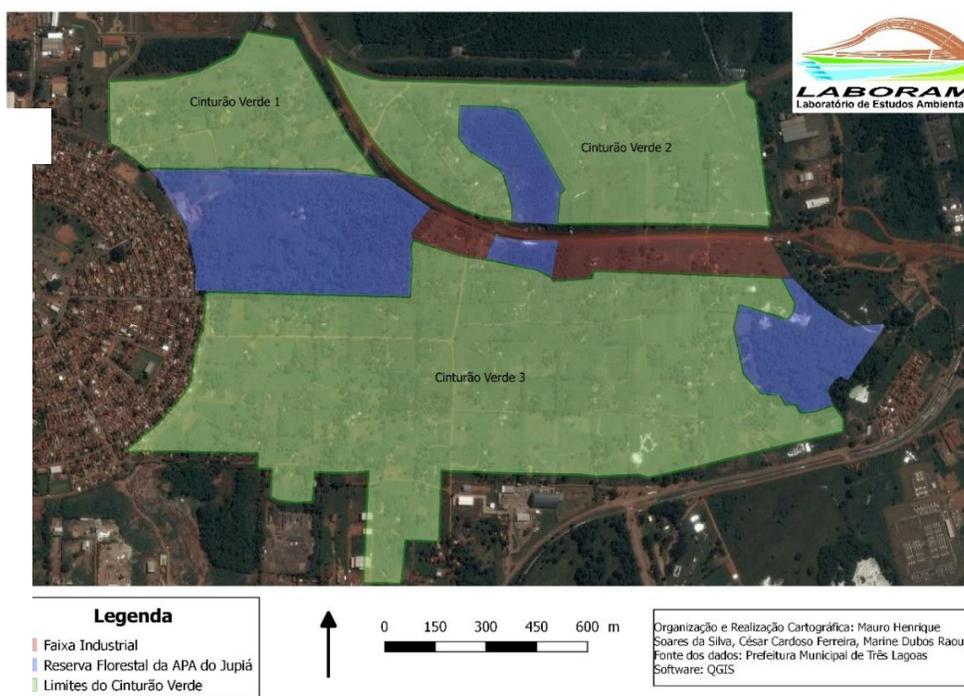
A administração, supervisão e fiscalização do Cinturão Verde serão exercidas pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas em conjunto com a Gerência de Área Ambiental e Agropecuária - GEAGRO, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA e a Comissão de Representantes do Cinturão Verde (TRÊS LAGOAS, Lei 1807/2002: 01).

É possível compreender geograficamente o Cinturão Verde nas suas três áreas, interconectadas pela estrada BR 262 e áreas de reservas florestais, conforme ilustra a figura<sup>5</sup> a seguir:

---

<sup>4</sup> BORGES et alii (2003), ao discutirem o processo de regulamentação da área do Cinturão Verde, apontam que os moradores e produtores do Cinturão Verde, “a partir de inúmeras reuniões, manifestos, discussões, assembleias, foram se percebendo como sujeitos da história” (p. 74) e, para exemplificar, destacam o manifesto apresentado e assinado por “produtores do Cinturão Verde”, que questionou a implementação de um projeto de irrigação na área, pela prefeitura de Três Lagoas, alegando que o projeto desconsiderava as reais necessidades do Cinturão Verde. No manifesto, registraram que: “Não é o caso de nós produtores estarmos contra o projeto, mas sim contra a maneira como ele vem sendo exposto (...) Não é porque somos pobres e humildes que temos que acatar tudo que vem de cima para baixo. Somos inteligentes o suficiente para entender o que nos convém ou não” (Manifesto dos produtores, 2002, mimeo, Apud BORGES et alii, 2003: 73).

<sup>5</sup> Figura 1 - obtida pela organização de imagens via satélite pelo Laboratório de Estudos Ambientais da UFMS, Campus de Três Lagoas, sob coordenação do Prof. Mauro Henrique Soares da Silva, no processo de levantamento cartográfico do referido projeto de extensão. Observa-se que as imagens estão corretamente



Apesar da conquista da lei que regulamenta o sistema de comodato e a transformação, em 2002, de área industrial em Cinturão Verde, o território é palco de intensas disputas, assim como a interpretação da própria lei, desde longa data. O projeto de extensão para o estudo desta realidade foi realizado a partir da solicitação, à Universidade, de duas Associações de moradores do Cinturão Verde, a Associação de Produtores Orgânicos de Três Lagoas (Aspotrês) e a Associação dos Agricultores Familiares Germinar, preocupadas com a situação de insegurança vivida pelas famílias, em face da não renovação dos contratos de comodato, desde 2012, da falta de assistência técnica aos agricultores familiares e ainda da instabilidade derivada dessas situações, por serem constantemente ameaçados de despejo, sendo esta ameaça agravada por um Termo de Ajustamento e Conduta (TAC)<sup>6</sup> impetrado pelo Ministério Público Estadual contra a Prefeitura Municipal

---

dispostas, mas não amplamente atualizadas, haja vista a atual situação da estrada BR 262 já concluída desde 2016. Na imagem enviada pelo satélite, ainda consta a via de terra, em construção.

<sup>6</sup> Um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) é um documento extrajudicial utilizado em especial pelo Ministério Público para estabelecer o ajuste de conduta das partes, ou seja, o signatário do TAC se compromete a ajustar

de Três Lagoas-MS, no ano de 2016, alegando que a área não estava cumprindo a sua função social.

Apresentamos neste texto parte das reflexões que foram construídas coletivamente pelo projeto de extensão e estabelecidas no Relatório Final (2018), privilegiando neste momento a discussão dos registros orais e dos marcos de memória, assim como a exposição de alguns resultados obtidos, por entendermos o quanto podem contribuir para compreendermos os movimentos sociais e a luta pela/na terra no meio rural e urbano de Três Lagoas, MS.

### **1. Preâmbulos de um projeto de extensão e da história oral em busca da realidade socioeconômica do Cinturão Verde**

Antes de apresentarmos as memórias apreendidas, pensamos ser importante destacar algumas considerações resultantes do trabalho de extensão para melhor compreensão dos marcos que objetivamos apontar. O projeto nos permitiu concluir que, além de cumprir a função social da terra, ou seja, a produção de alimentos, a área do Cinturão Verde é fundamental para a preservação do meio-ambiente do município de Três Lagoas, pois parte significativa de sua extensão está localizada, como comprovaram os dados da cartografia, dentro de uma APA (Área de Proteção Ambiental). Isso sugere redobramos a atenção quanto à complexidade da situação desta localidade, evitando que a lógica de mercado seja imposta àqueles que ali residem e produzem. Por isso, entendemos crucial um olhar

---

alguma conduta considerada ilegal e passar a cumprir a lei. No caso do Cinturão Verde, desde 2016, o Ministério Público questiona e exige da prefeitura municipal de Três Lagoas o cumprimento da função social da área na produção de alimentos e regularização dos lotes. O não cumprimento do TAC poderia levar ao despejo das famílias e uma nova destinação da área. Cabe apontar ainda que o TAC fora prorrogado e reeditado em recente Audiência Pública. No dia 06 de fevereiro de 2019, foi possível chegar a um resultado interpretado como positivo pelas famílias para resolver o destino da área do Cinturão Verde e, conseqüentemente, de suas vidas. Na negociação entre as partes e no estabelecimento de um novo TAC contra a Prefeitura Municipal, fora acordado que este órgão, no prazo de 180 dias, regularize a área do Cinturão Verde, emitindo inclusive contratos de comodato às famílias que vivem e produzem neste lugar e que se encontram, ao menos desde 2012, sem este contrato. O acordo fora interpretado como uma vitória pelas famílias. É possível conferir esta atualização através da imprensa virtual local, a exemplo da reportagem contida no link <http://www.radiocacula.com.br/noticias/justica-suspende-acao-e-determina-regularizacao-dos-moradores-do-cinturao-verde>. Observa-se, todavia, que as reportagens que veicularam a recente conquista dos moradores do Cinturão Verde dão ênfase ao papel do prefeito no processo, obliterando a obstinada luta dos agricultores e, inclusive, o apoio da universidade. Em nenhuma das reportagens que noticiaram a conquista houve menção às atividades realizadas pela Universidade.

sensível para as famílias e o seu modo de vida e de trabalho. Conforme o Relatório Final do projeto, especialmente na análise da cartografia, é possível observar que:

Tendo em vista a existência de fragmentos florestais de vegetação de Cerrado a compor a paisagem circunvizinha e conectados as áreas do Cinturão Verde de Três Lagoas, a pesquisa identificou no documento de Nº 2411, de 15 de Dezembro de 2009, que esta vegetação trata-se de fragmentos pertencentes à Área de Proteção Ambiental Jupia (RELATÓRIO, 2018:31).

O projeto se deu por meio da coleta e sistematização dos dados socioeconômicos e cartográficos, de registros escritos e orais, em que construímos uma amostra significativa da realidade da área. De 184 lotes que compõem a extensão do Cinturão Verde, foram aplicados 112 questionários, totalizando 70% dos lotes. Ressalta-se que foi aplicado um questionário por lote, a despeito da heterogeneidade da sua composição demográfica, havendo lotes com um morador e lotes com mais de uma família (geralmente ramificação da família nuclear). Os questionários abrangeram questões como: produção de alimentos (hortifrutigranjeiros); criação de animais de pequeno porte, existência de benfeitorias; renda familiar; dados escolares e acesso à saúde.

Encontramos 24% de entrevistados que atendem a programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e têm a DAP (Declaração de Aptidão do Produtor), especialmente por meio do cultivo de hortaliças e legumes. Aquelas famílias que não fazem entrega para esses programas – e mesmo estas – nos informaram que vendem o excedente do que produzem nas ruas e na feira da cidade.

Os dados foram coletados tendo como referência as safras de 2016 e 2017 e demonstraram a efetiva ocupação deste espaço pelo cultivo de hortifrutigranjeiros e da produção animal de pequeno porte para o autoconsumo. Em mais de 70 % dos lotes pesquisados encontramos algum tipo de produção, a exemplo da criação de porcos, patos e galinhas. Parte significativa das famílias, como demonstram os dados, cultiva e vive da produção no Cinturão Verde, junto a alguma outra renda, como, por exemplo, aposentadorias ou benefícios do INSS. Mensurou-se a produção de mais de 200 toneladas de cana de açúcar e de 180 toneladas de mandioca no período, incluindo todos os agricultores familiares e não somente aqueles que têm DAP. Feijão, milho, batata e

amendoim também apareceram em quantidades significativas como produção para consumo e venda. No Relatório Final consideramos que “os dados levantados pelo projeto revelam a intensa e diversificada produção alimentar no Cinturão Verde, à revelia da inexistência de políticas públicas voltadas ao atendimento básico para esta população” (RELATÓRIO, 2018: 56).

Nesse trabalho de campo também encontramos lotes cujas famílias encontravam dificuldades em cultivar a terra, em vista de situações de vulnerabilidade social, idade avançada e/ou doenças, mas em número bem menor que o daqueles homens, mulheres e crianças que vivem e produzem na área, pois os dados apontam para o dinamismo produtivo— em torno de 70% dos lotes cultivados— tanto para autoconsumo como para venda (RELATÓRIO, 2018). Tal constatação confronta-se diretamente com o discurso de que o Cinturão Verde não cumpre a sua função social de produção de alimentos, como é comum na afirmativa de representantes da prefeitura municipal, e mesmo de parte da imprensa escrita<sup>7</sup> e televisiva. Nesse ponto, é importante ressaltar a falta de políticas públicas de atendimento a estas famílias, como a carência de assistência técnica e a ausência de ações de fiscalização dos órgãos públicos municipais, especialmente em relação à emissão de contratos de comodato ou mesmo a renovação de contratos antigos, para que tenham tranquilidade em relação à manutenção da moradia e possam produzir, com segurança, na área.

Em 2016 deu-se a inauguração da ponte sobre o Rio Paraná, ligando os municípios de Três Lagoas-MS e de Castilho-SP. Este trecho da BR -262 foi construído passando pelo interior da área do Cinturão Verde. Alguns lotes foram desapropriados e as famílias impactadas tiveram que se deslocar para outros lugares, já no processo da construção, recebendo como indenização uma pequena casa na cidade. Vários entrevistados também chamam a atenção para as dificuldades daquelas pessoas que foram obrigadas a deixar o

---

<sup>7</sup> O tema do Cinturão Verde tem sido veiculado, de longa data, pelos sites de notícias da cidade de Três Lagoas, a exemplo do Jornal do Povo, na sua versão eletrônica conhecida como “JPnews”. Reportagens como a de 09 de dezembro de 2017 reforçam o discurso da improdutividade da área. A matéria pode ser acessada através do link <https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/novo-levantamento-confirma-maioria-dos-lotes-improdutiva-no-cinturao/105015/>; O mesmo site publicou, em 13 de janeiro de 2018, que os problemas de regularização do Cinturão Verde estavam impedindo a instalação de uma cervejaria na área. A reportagem pode ser acessada com o link <https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/instalacao-de-cervejaria-esbarra-na-regularizacao-de-area-no-cinturao/106074/>. Além desta matéria, outros jornais virtuais como radiocacula.com.br, perfilnews.com.br, e até sistemas de televisão, como a TV Concordia – TVC – filiada à rede Globo, também correspondem à referida imprensa apontada neste artigo.

lote e hoje vivenciam condições adversas, por não terem o acesso a terra. Observaram ainda as intempéries vivenciadas, cotidianamente, pelas crianças em idade escolar, para a travessia da pista ao se deslocarem para as escolas, localizadas nos Bairro Jupuí e na Vila Piloto, devido os riscos que correm pelo tráfego intenso e ainda pela precariedade do túnel construído para este fim, somado à inexistência de transporte escolar para atendê-las.

Nos questionários aplicados havia a pergunta acerca “do que o entrevistado esperava de nossa pesquisa”. A maioria dos entrevistados afirmou esperar um retorno quanto ao fim da insegurança vivida na área, para que tenham a garantia do uso da terra na produção de alimentos e ainda a permanência nos lotes, porque esperam, sobretudo, não terem que sair daquele lugar, já que para grande parte o direito de plantar e colher, o direito do roçado (BORGES, 2010), é o que fundamenta as suas vidas. Neste sentido, são quase 60% do total de entrevistados a relatarem e reiterarem que vivem sob pressão psicológica imposta por parte dos órgãos públicos e da mídia, pois é rotina serem ameaçados de expulsão. Trata-se de compreender que estes moradores temem não poder colher os alimentos plantados e alguns chegam até mesmo a não conseguirem produzir o que desejariam, atemorizados pela desesperança ou ainda pelas barreiras legais causadas pela não renovação dos contratos de comodato, já que sem eles não conseguem obter financiamentos ou convênios de vendas para programas estaduais e municipais.

Ao final do projeto, em um Relatório de 76 páginas, entendemos ter construído um corpo substancial de elementos para o conhecimento dessa realidade e para a percepção – pelos órgãos públicos, em especial pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas e pelo Ministério Público Estadual – de duas constatações fundamentais. De um lado, de que a produção de alimentos não deve ser observada exclusivamente pela lógica comercial ou de mercado, pois o autoconsumo tem impactos sociais e econômicos que garantem segurança alimentar e diminuição da pobreza e, de outro, que é fundamental a preservação do meio-ambiente e manutenção do direito à permanência na terra das famílias que produzem os alimentos e vivem nesta área, garantindo essa preservação.

Quase ao término do levantamento socioeconômico e cartográfico, e impactadas com as falas dos entrevistados pelas respostas aos questionários, realizamos o trabalho de

coleta de relatos orais com algumas famílias do Cinturão Verde<sup>8</sup>. Para tanto, lançamos mão da metodologia da História Oral, a partir das premissas apontadas por Meihy (1996), especialmente na discussão dos passos do projeto para a coleta das entrevistas.

A utilização desta metodologia não pretendeu atingir índices ou estatísticas numéricas, mas se concentrou na dimensão qualitativa, ao buscar compreender parte das memórias daqueles/as que vivem e produzem no Cinturão Verde, por ser possível, pelos relatos, a exposição de rupturas e permanências dos sentidos dados pelos sujeitos. Tais memórias dialogaram com os dados coletados, intercalando subjetividade e objetividade, e permitiram que a pesquisa humanizasse seus resultados, conforme explica Cardoso:

Para além de procedimentos de como realizar uma entrevista, sua transcrição, os cuidados legais para sua utilização, lidar com o oral como fonte requer posicionamentos teóricos que ultrapassam a própria fonte e nos levam a refletir sobre como entendemos o conhecimento histórico e a História. Longe de ser um recurso que possibilita conhecer o que os documentos escritos não dizem, ou incorporar dados até então não conhecidos sobre determinado assunto, as narrativas orais permitem compreender experiências sociais compartilhadas em tempos cruzados, ou seja, o do acontecido e o do relato, como também estabelecer relações dialógicas entre entrevistados e entrevistadores que ultrapassam a busca pela veracidade dos fatos (CARDOSO, 2010: 02).

Delgado (2003), ao discutir o tempo, a memória e as identidades no trabalho com a História Oral e a produção de narrativas, enfatiza como estes campos/elementos se entrecruzam, mas ao mesmo tempo se distinguem. Nisso é possível compreender como, ao longo da história do Cinturão Verde, houve (e ainda ocorre) uma preocupação - por parte de alguns agentes - na produção de memórias fundamentadas no discurso oficial dos órgãos municipais e da imprensa local, como o Jornal do Povo, por exemplo, ao visarem desqualificar as famílias do Cinturão Verde, em abordagens que muito se aproximaram na utilização de termos pejorativos, especialmente quando da denúncia de ocupação irregular da área e desvio de função social. Por outro lado, as recordações das famílias do Cinturão Verde trazem as marcas da terra e os marcos da vivência do sofrimento, mas ainda de alegrias, fazendo com que as lembranças também se tornem instrumentais de luta. Chama atenção as considerações de Delgado, ao observar que, como sujeitos da história, os

---

<sup>8</sup> O trabalho de coleta de relatos foi realizado entre os meses de outubro e novembro de 2017, por acadêmicos e professores do curso de História, e a partir de uma rede de informações constituída pelas famílias no ato da aplicação dos questionários.

homens - e acrescentaríamos aqui mulheres - a transformam: reafirmam o poder, mas ainda contestam e denunciam o arbítrio:

[...] os homens como sujeitos da História e de sua temporalidade podem produzir acontecimentos e mudanças, ou impedi-las de se concretizarem. Podem construir referências ou destruí-las. Podem reafirmar o poder, ou contestá-lo, podem tolher a liberdade do ser ou reafirmá-la (2003:15)

Referindo-se à metodologia da História Oral, Delgado observa:

Os melhores narradores são aqueles que deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada aos quadros sociais da memória e da complexa trama da vida (2003:22).

Talvez como um dos “melhores narradores” caiba destacar aqui o relato de Seu Canudo, que trabalharemos mais adiante, já que, ao contar e relembrar a sua trajetória de vida até chegar a terra, transformou a sua narrativa em matéria prima recheada de vivências e de saberes que se construíram ao longo de sua trajetória como trabalhador da terra e em terras alheias, caminhoneiro por longos anos até aposentar-se e se enraizar no Cinturão, em seus mais de quinze anos nessa terra. Todavia, mais que uma memória do indivíduo foi possível perceber um compartilhamento de lembranças, de sabedorias tecidas na lida com a terra e na esperança de nela permanecer. Foi em seu sítio denominado “Sitio dos Canudos” que encontros foram realizados para que apresentássemos à comunidade os resultados dos trabalhos de extensão entre 2017 e 2018.

Com efeito, a adoção da metodologia da História Oral perpassa o método científico e culmina na concepção cara à “história vista de baixo para cima” (HOBSBAWM, 1998), nossa acepção teórica, pelo respeito e o compromisso na coleta das histórias e memórias dos sujeitos comuns, homens e mulheres que experimentam as vicissitudes, as dificuldades do cotidiano, as perdas, mas ainda as conquistas, e nos propiciaram, com suas narrativas, seus olhares e sentidos, um melhor entendimento desse processo histórico específico.

Foi nesta dimensão que conseguimos apreender como os sujeitos construíram e significaram a trama urdida no Cinturão Verde, no entrelaçamento com suas próprias recordações, e o que se vive no presente, no diálogo com os dados socioeconômicos e as narrativas de suas vivências. Nessa perspectiva, as considerações de Borges (1997) são

fundamentais para entendermos o enlace da história e da memória, e ainda o significado das lembranças como resgate das próprias raízes, daquilo que permanece e edifica as ações também no tempo presente, contribuindo até mesmo para a esperança de um devir quem sabe um pouco melhor, ao costurar ponto por ponto o que é possível lembrar:

E a fala corre solta, puxada pelas lembranças. Desenraizada? Sim/Não. Sim, pelas circunstâncias que a arrancam constantemente de seu lugar e a põem para andar. Não, pois a memória é o próprio resgate das suas raízes, um manancial donde emerge, viva, toda a sua vivência, acontecência plena de sofrimentos e alegrias, resignação e luta. E a memória vai costurando tudo, ponto por ponto (BORGES, 1997: 130).

No caso do Cinturão Verde, para a coleta dessas histórias e memórias, a metodologia foi aplicada a partir da História Oral Temática, com o foco nas relações tecidas no interior da área, especialmente no trabalho com a terra, na memória da terra e do sentido atribuído a ela pelos marcos de memória, mas sem limitar a rememoração dos entrevistados quanto a outras dimensões de suas histórias de vida. Também foi adotado o anonimato para parte das pessoas entrevistadas, por suas próprias opções de escolha, enquanto outros permitiram a sua identificação, como é possível observar nos trechos apresentados na sequência.

O número de oito entrevistas orais e a escolha dos entrevistados seguiu o desenvolvimento do projeto de extensão. Enquanto os questionários e as imagens captadas pelo *drone* cumpriram o objetivo de realizarmos o levantamento cartográfico, socioeconômico e produtivo dos moradores do Cinturão Verde, no processo de coleta dos dados tínhamos a tarefa de buscar e reconhecer moradores que, além de estar a um tempo suficientemente longo na área, fossem indicados pelos próprios agricultores como agentes dispostos a contar histórias e memórias do lugar. Ao seguir um critério, portanto, qualitativo, forjamos um novo itinerário aos lotes, a partir de uma rede apresentada pelos próprios entrevistados no momento de aplicação dos questionários.

A essas famílias dedicamos este texto e a Cartilha que concluímos em um novo projeto de extensão (PAEXT/2018), na forma de retorno dos dados coletados à comunidade, esperando que sirvam como um instrumental de luta e de evidência da dinâmica da produção de alimentos e da defesa da vida como mais importantes que os interesses do capital, costumeiramente justificadores de inúmeras violências.

## 2. Os relatos orais e os marcos de memória

*“A aranha veve do que tece”*  
Seu Doro, morador do Cinturão Verde

Onde o senso comum ou mesmo o olhar preconceituoso enxergam “favela”, a retirar a beleza da BR 262 quando se cruza o Rio Paraná pela ponte que liga Três Lagoas-MS a Castilho-SP, enxergamos, por um olhar de dentro da terra, dos quintais, das hortas e das roças, centenas de pessoas vivendo de forma simples as suas lutas diárias e a produção de alimentos, com moradias humildes, mas alguma fartura na mesa, com segurança alimentar, pois que o alimento circunda a casa e a vida. A estética social que se espera da entrada da cidade, no novo trecho viário, parece não se incomodar com as possíveis paisagens das fábricas e suas inerentes poluições e, provavelmente, também não se incomodaria com os muros dos condomínios luxuosos que vem sendo, recentemente, construídos em Três Lagoas, mas se ressentida da paisagem do povo e de sua moradia.<sup>9</sup>

A negação das renovações de contrato de comodato às famílias, desde 2012, pelos órgãos responsáveis da prefeitura, ou mesmo a não emissão de novos contratos àqueles/as que ocupam a área, possibilita que muitas pessoas permaneçam na condição de instabilidade e incerteza. O medo, a insegurança e a situação de instabilidade, como afirmado, são entendidos aqui como marcos de memória, pela constância e repetição nos relatos, e uma questão revelada em praticamente todas as falas, como, por exemplo, na entrevista de uma das moradoras e produtoras do Cinturão Verde, quando indagada quais os motivos para a não renovação do contrato:

---

<sup>9</sup> Observamos isto pelo fato de que, provavelmente, não fosse o trabalho de extensão que desenvolvemos no estudo socioeconômico das famílias do Cinturão Verde, em 2017, teria sido instalada uma Cervejaria dentro da área, no coração da produção de alimentos e de uma APA, pois era este o objetivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Três Lagoas, como nos afirmou o secretário da indústria e comércio, a época, em reunião com a equipe de extensão junto à Prefeitura Municipal.

Eles não renova por causa desse negócio que eles fala que nós não tem direito de nada. Fala que aqui é uma área de fazer indústria, nós não pode mexer com isso aqui. Aí sabe o que acontece? É... desanima a gente. Você compra uma muda cara pra plantar, limpa né, porque aqui é um lugar que nasce muito mato. Você limpa, com uma semana você olha e tá tudo cheio de mato de novo... E aí o povo fala que a gente não zela, mas zela, a gente cuida sim. Aí fala que nós não planta, que o povo são tudo preguiçoso, mas não é. É porque não vence o mato, o mato sai demais, né?. E aí, tá desse jeito, o povo tá desanimado, porque essa conversa já... que falei que vai tirar todo mundo e num sei o quê... Isso aí desanima o povo, né? (Entrevistada 01)

Tedesco (2013), ao discutir os sentimentos, experiências e silêncios no exercício da memória nos leva a discussão dos ressentimentos entendidos aqui também como recursos para fazer conjugar ações de luta, a exemplo das lembranças dolorosas do medo do despejo frente aos atos de intimidação. Quando alguns dos representantes da prefeitura municipal de Três Lagoas-MS afirmavam aos moradores e produtores do Cinturão Verde insistentemente, e em alto e bom tom conforme os entrevistados, que nada poderia ser construído na área, pois teriam que em breve desocupá-la, a memória ressentida dessas falas, em nosso entender, reforça para as famílias do Cinturão Verde o seu contrário, o desejo de na terra permanecer. Esta questão nos foi apresentada no relato da entrevistada 01.

Concordamos com Tedesco (2013) ao dizer que o “sentimento ressentido por ser um antídoto e uma ação simbólica importantes no mundo atual” pode então “fazer frente à forte tendência de tudo esquecer rapidamente”. Ao ser um “grande mobilizador coletivo” (p.350-351) o ressentimento foi, então, no caso do Cinturão Verde, um mobilizador de ações que, narradas a partir dos indivíduos, assumiram ainda o sentido coletivo, ao trazer para a cena da história as recordações partilhadas, especialmente aquelas dolorosas, entendidas aqui como marcos de memória, já discutidos anteriormente, os quais não se limitam a um recorte cronológico, mas explicitam o que se repete, o que fora partilhado no vivido desses homens e mulheres ao longo de suas trajetórias nessa terra que se deseja ser de trabalho.

Na continuidade, a entrevistada reforça esta questão da situação de instabilidade, ao relatar:

Então o Mané esses tempos atrás, esses dias atrás, com muito que tiver uns dois ou três mês que ele passou aqui com outro menino da assistência

social, passou aqui, aí ele falou assim: que nós não podia mais miorar nada aqui por causa que... aí eu falei assim: “oh Mané, mas não pode nem pintar a casa, nem dá uma arrumadinha na casa, pra passar o natal aqui?” Ele falou: “não, não faz mais nada aqui dentro”. Ele falou desse jeito: “não faz mais nada aqui não, que isso aqui tá na mão de juiz, da juíza, e de promotores, isso aqui, não faz mais nada não”. Pra todo mundo ele falou isso (Entrevistada 01).

Mas o temor, o medo e a insegurança dos moradores do Cinturão Verde não são novidades. Vale destacar que desde o início da década de 2000<sup>10</sup> já se vivia esta situação de precariedade e ausência de contratos de comodato e de renovações. Como já apontado, em 2002, a partir de muitas ações de luta das famílias do Cinturão Verde e de trabalhos de assessoria de instituições, como a UFMS, e de organizações sociais, a exemplo da CPT, deu-se o reconhecimento da existência da área como Cinturão Verde, no governo municipal de Issan Fares, e em que ao poder executivo, juntamente com o legislativo e uma comissão de representantes do Cinturão, caberia regulamentar: “[...] no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação desta lei, um programa especificando as condições para a distribuição dos lotes [...] bem como toda a infra-estrutura necessária, visando atingir a função social da propriedade”. No decorrer de toda a sua história isto não se efetivou, pois mesmo com o contrato de comodato cedido naquele contexto para as famílias que ali produziam alimentos, em 2009, quando do segundo cadastramento realizado pela UFMS<sup>11</sup>, novamente nos deparamos com a situação de instabilidade, temor e desespero de parte significativa das famílias, ainda pela insegurança em vista da falta de clareza nos contratos, somando-se a inexistência de assistência técnica da prefeitura e de outros organismos do estado. Além disso, no decurso de quase uma década e meia, desde a concessão dos primeiros contratos de comodato, é perceptível que programas voltados para o Cinturão Verde praticamente inexistiram. A área não se tornou alvo de políticas públicas, no sentido de assegurar a permanência das famílias na terra, e tampouco foi disponibilizada

---

<sup>10</sup> O primeiro projeto de extensão no estudo da área do Cinturão Verde deu-se em 2003, coordenado pela Profa. Edima Aranha Silva, do Curso de Geografia, CPTL-UFMS, hoje aposentada, contando com a participação de membros do projeto atual, como a profa. Maria Celma Borges, uma das autoras deste texto, e Rosemeire Aparecida de Almeida, que na época estavam afastadas para o Doutorado. Já naquele momento histórico o projeto teve a participação de Mieceslau Kudlavicz, representando a Comissão Pastoral da Terra e de Dalve Manoel dos Santos, em nome da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que, numa ação conjunta, contribuíram na construção de um cadastramento socioeconômico que desvelasse os problemas vividos pelas famílias no Cinturão Verde, a fim de apontar caminhos para superá-los.

<sup>11</sup>Em 2009 realizamos novo projeto de extensão, naquele contexto sob a coordenação de uma das autoras deste texto.

a infraestrutura necessária para favorecer a produção alimentar, o escoamento da produção e a venda. Mas, os relatos daqueles que vivem e produzem na terra evidenciam a importância do lugar, como expressa um dos entrevistados:

Ah, eu gosto daqui né? A gente pegou amor por esse lugar porque a gente gosta da natureza, de preservar a natureza, não destruir, igual o povo faz. Eu amo viver aqui! Nossa eu chegar falar: “oh vocês vão ter que sair” pra mim um sentimento muito grande é a perda, né? É um lugar tão tranquilo, gostoso. Você pode ficar de porta aberta aí. Você pode deitar aí fora, dormir a noite inteira aí fora, ninguém mexe com você, a não ser os pernilongos. Então eu amo esse lugar aqui. Esse lugar é parte da nossa vida porque 18 anos é parte da vida da gente né? Lugar que a gente ama, que a gente é conhecido de todo mundo, né? (Entrevistado 02)

Este sentimento de pertencimento ao lugar também é perceptível na fala de Seu Canudo, de 80 anos, agricultor familiar e poeta na lida com a terra e com as palavras, citado anteriormente como um dos “melhores narradores”, pois quando indagado sobre as expectativas de permanência na terra em que vivia há mais de 15 anos, junto a sua esposa e filho, ressalta:

Só tem uma coisa: eu sou o último que vai sair daqui, porque geralmente, amanhã se eu for sair daqui, hoje eu ainda vou plantar um canteiro de cebola. E não quero arrancar um pé de cebola no dia que eu sair daqui. Do jeito que está, fica! Fruta no pé, coco no cacho. Tá aí as cana, tem cana, não se estraga nada. Deixa intático (intacto). Que a pessoa que vai chegar aqui vai provar mais do que nunca que aqui teve um trabalhador! Isso é muito importante (Entrevistado 03).

O sentido de enraizamento no lugar está impregnado na história e memória deste narrador, e intimamente ligado ao cultivo da terra como modo e morada da vida. Da terra ele retira o alimento e inspirado no trabalho com a terra ele faz poesia, como evidencia a sua música, cantada em verso e prosa, a mostrar a sabedoria de quem sabe labutar também com a caneta e o violão. O machado, a foice, o facão, o arado, a grade, a plantadeira, a enxada, a lima, o martelo, a marreta e o prego velho são instrumentos de trabalho do caboclo e tomam forma e vida nessa melodia. Mas, é o caboclo que, por meio do seu trabalho, com o “seu braço”, amor a terra e a sabedoria de quem produz os alimentos, quem ao final encerra a canção e dá a última palavra:

**Ferramenta de Caboclo<sup>12</sup>**

Num domingo de tardinha,  
No paiol eu cochilava.  
Escutei as ferramentas,  
Uma pra outra falava.  
Contando suas façanhas  
O machado se gavava:  
Se não fosse a derrubada  
Nenhuma roça plantava.

Disse a foice pro machado:  
Você é um conversa fiado,  
Pra você entrar no mato,  
Sou eu quem faço as picadas  
O facão neste momento  
Soltou uma gargalhada:  
Eu queria ver os dois  
No meio da cipoada.

O arado se gavou:  
Sou eu quem prepara o chão  
A grade já protestou:  
Sou eu quem quebra os terrão.  
A plantadeira importando  
Vai mostrar sua instrução:  
Eu que corto a semente do arroz e do feijão

A enxada se gavou:  
O melhor sou eu quem faço,  
O mato que ataca a planta,  
Corto e deixo no mormaço.  
A lima então reclamou:  
Eu que tenho o melhor aço,  
Sem minha pele enrugada  
Vocês tudo era um fracasso.

A marreta então falou:  
Será que eu não valho nada?  
O martelo já gritou:  
Nós dois engava a enxada.  
O serrote muito triste,  
Com a cabeça abaixada:  
Eu queria ver os dois  
Por a cuia na enxada.

Resmungou um prego velho,  
Enfincado dentro do toco:

---

<sup>12</sup>Letra e Música do Seu Canudo, Cinturão Verde, Município de Três Lagoas, Lote 106. Coletada em Entrevista no trabalho de campo do projeto PAEXT/2017, em Outubro de 2017.

Desculpe entrar na conversa,  
Sei que vou passar por louco.  
Baluarte da nação  
Que muita gente faz pouco,  
Vocês não seriam nada,  
Sem o braço do caboclo.

Como sugere a narrativa de Seu Canudo e a sua canção, não se trata de encaminhar as famílias do Cinturão Verde para outro lugar ou mesmo conceder-lhes uma casa na cidade como compensação para o deslocamento forçado, mas entender o Cinturão Verde como espaço enraizado onde habitam histórias e memórias que vão muito além da produção exclusiva para o mercado ou da visão da terra como mercadoria, como coisa.

Podemos perceber que o marco de memória da origem da história do Cinturão Verde, indica, na maior parte das narrativas, o início dos anos 2000 como o tempo em que se estabeleceram os primeiros contratos de comodato. Adviriam desse tempo, no entender dessas recordações, as primeiras dificuldades, ao adentrarem ao Cinturão Verde e darem início às lutas que culminaram na paisagem arborizada de seus lotes e conformaram as trajetórias de trabalho e de vida. Mas, vale lembrar que este é apenas um dos marcos de memória, encontrado na fala de alguns entrevistados, entretanto não representa a totalidade do Cinturão, por encontrarmos famílias que vivem e produzem no Cinturão Verde desde os anos 1970. Para estes homens e mulheres, mas, principalmente para aqueles que ali estão faz décadas, as árvores frutíferas, os canteiros, as sombras frondosas no terreiro, são parte da sua vida, representam lugares onde deixaram sua força e sua juventude e dali não pretendem sair. São marcas que expressam marcos de memória, a contar histórias da terra, na terra, e justificam o desejo do plantio e o direito moral de nela permanecer.

Uma das entrevistadas, ao contar suas histórias e memórias do Cinturão Verde, nos forneceu elementos para compreender este sentido da terra, ao rememorar os últimos dezoito anos de sua vida:

Fizemos a casa e tudo que tem aqui foi nós que plantamos, não tinha nada, nada aqui. Na época a gente puxava água com motor de gasolina, não tinha energia, a lamparina, ainda fomo assaltado aqui, quase mataro meu marido de tanto bater nele aqui dentro e ainda queria duas lamparinas pra roubar, bastante né (risada), que não tem bastante, que a gente é pobre né. Mas nós sofremos. Então esse sofrimento, esses arvoredo que tem, na época a gente puxando água com motor de gasolina né, num tinha nem mangueira nem condições de comprar, eu carregava no balde pra aguar as

planta aí, né? Então dali é a gente sofreno e a prefeitura não ajuda a gente em nada né, só prejudica, porque eles fica só assustando a gente falando que vai tirar, que vai fazer isso, que vai fazer aquilo né? Eles falam tudo isso pra gente (Entrevistada 04).

As dificuldades iniciais foram narradas pelos moradores sempre precedidas da ideia de pertencimento ao lugar, pela dimensão da construção da vida ligada ao trabalho, ao plantio, ao amor pela terra misturado ao sofrimento, mas ainda ao triunfo de terem formado, por meio de suas mãos, na lida com a terra, muitos quintais repletos de árvores frutíferas, de hortas e de criações de animais, como sugeriu esta mesma moradora, ao destacar: “Então eu amo esse lugar aqui, esse lugar é parte da nossa vida porque 18 anos é parte da vida da gente né, lugar que a gente ama, que a gente é conhecido de todo mundo né” (Entrevistada 04).

Face aos dados obtidos e analisados no projeto de extensão, faz-se necessário destacar que estamos falando de uma comunidade rural com uma população idosa considerável, acima dos 61 anos de idade, e com baixos índices de escolaridade. Ou seja, homens e mulheres que adentraram ao Cinturão Verde já com maturidade e nele depositaram seus anos de energia e de trabalho na expectativa de uma velhice tranquila, próxima da terra e da natureza. Na mesma direção, também se referindo aos finais dos anos 1990 e início de 2000, ao demonstrar a paisagem repleta de árvores e as benfeitorias do lote, outro morador apontou:

Igual eu tava falando, a gente tá aqui já há dezoito anos, nós entrou aqui não tinha luz, não tinha nada... (passarinho cantando) ... a energia foi naquela época do Lula né, a energia para todos... (...) eles colocaram luz para todos aqui, mas nós viveu muito tempo aqui com lamparina sabe, era escurão (murmura) ...era lampião a gás, a geladeira era aquela geladeira a gás também que nós tinha conseguido uma, e aí a gente vem vindo, a água nós tirava do poço com motorzinho, né? motorzinho de gasolina, e aí foi vindo, a gente foi pegando gosto por isso aqui, amor por isso aqui, né? (Entrevistado 05).

Seu Doro, um dos agricultores familiares mais antigos, com 85 anos de idade, e residente no lote junto à sua esposa há mais de três décadas, e cuja epígrafe deste tópico evidencia o olhar e o sentido atribuído a terra: “a aranha veve do que tece”, com voz enfática busca representar a situação de uma vida construída no Cinturão Verde, em um lugar que é “meu ganha pão, de dia e de noite”:

[...] você vê que tá com quantos anos que essa vidinha aqui, de, de.. perdi minha mocidade nisso aqui. Quando eu entrei, eu não tinha nem sessenta anos, hoje eu tô com oitenta e, e porretada, né, dá dó. Nunca saí daqui, num dá grande coisa pra mim porque também não tem uma extração pra fazer qualquer coisa, mas é meu ganha pão, de dia e de noite. Abaixo de Deus é isso aqui. Pranto uma coisinha, pranto outra, uma num dá, outra dá, e, eu num jogo da vida, né, agora eu nunca tive destino de fazer uma dívida, pra fazer o ranchinho, é... A minha veia queixa disso “É, nós mora tantos anos aqui, nós veve igual mendigo, morando nesse ranchinho de pau”. É, mas graças a Deus, está bom demais (Entrevistado 06).

Nos relatos obtidos e pela trama dessa história que temos acompanhado ao longo de quase duas décadas, é possível constatar, como já fizemos em outros momentos deste texto, que o sentimento de insegurança de fato não se limita à situação presente, tampouco é referente apenas ao passado ou ao tempo em que chegaram a terra, pois os moradores relatam o temor a rondar a área, embora tenha oscilado entre momentos de tranquilidade em meio às promessas políticas. Mas, suas expectativas circundam o desejo da permanência na terra. Sair dela é sair da própria concepção da vida. Ao perguntarmos sobre manter-se ou terem que sair, e o que ela significa para a família, as respostas são semelhantes:

Mãe: Eu gosto daqui, fui nascida e criada no mato, e eu gosto do mato, mesmo. (A terra é) Boa, pra gente prantar as coisas da gente, pra gente ter uma cebolinha, um coentro, uma salsinha, tem uma mandioca, né? Tem de tudo aqui. Agora, se você for na cidade você tem que comprar um limão, você tem que comprar uma banana, né? Você quer ver, busca uma banana pra ela comer lá (Entrevistada 01).

Filho: A terra significa a vida, a terra sem... se não for a terra como nós vamos se sobreviver, não tem como sobreviver sem a terra. É que somos parte dela, nós somos feito dela, tirado da terra, então nós somo alimentado por ela também, né? Ela é vida, né? (...) Aí eu sei que eu amo isso aqui, eu amo isso aqui, eu nasci igual a mãe quase, nós nascemos na roça, mesmo (Entrevistado 07).

É preciso retomar o conceito da terra de trabalho na perspectiva camponesa. As narrativas apontam para um sentido do campo como lugar de produção da vida, que difere frontalmente da ideia de terra de negócio. Para os agricultores familiares do Cinturão Verde, a terra significa lugar de morada da vida, de trabalho e de cultura, recriando as formas camponesas de produção e superando a dimensão de espaço econômico que lhe é

atribuída pela lógica do mercado e/ou do agronegócio. Para Heredia, (1979), a ideia de morada da vida, surgida dos relatos dos agricultores por ela entrevistados, torna-se um conceito fundamental para a compreensão desta diferença:

O que define o pequeno produtor como tal e o trabalho efetuado na terra e, em consequência, a perda da mesma implicaria no seu desaparecimento como categoria social. Ele nasceu ligado à terra e, por conseguinte, ela deve ser transmitida aos seus filhos. E por esse motivo que se diz que a terra é “a morada da vida”. Nestas circunstâncias, manifesta-se a própria concepção da família e da necessidade da sua continuidade ligada ao trabalho na terra (HEREDIA, 1979:150).

Sabemos, a partir de Martins (1981), que a existência da agricultura de subsistência ou, como preferimos denominar, “de autoconsumo”, embora precarizada no sistema capitalista de produção, não rompe totalmente com a lógica produtiva e, inclusive, é muitas vezes apropriada pelo capitalista para fins de discurso de conservação do meio ambiente e para produção de diversidades em contraposição a monocultura, gerando alguma sustentabilidade aos territórios. Mas esta existência não é pacífica, já que a conflitualidade é própria da relação entre os agricultores familiares e a produção capitalista, materializando-se na história da questão agrária brasileira como algo inconcluso, ou seja, nas contradições da concentração fundiária e do poder econômico desde a América portuguesa, e na luta pela terra também desde a colônia.

Entendemos que, historicamente, aos pobres e livres, roceiros, e mesmo aos escravizados e libertos, a ocupação de um pedaço de terra é algo que marca e ao mesmo tempo registra as lutas dessas populações ao longo de nossa história rural. Assim como o peso do latifúndio, o sonho da terra liberta marcara, de forma indelével, a nossa história rural, seja na constituição de áreas livres para a produção de alimentos – ao menos por algum tempo – como no caso das áreas cultivadas por meio da “brecha camponesa” (REIS; SILVA, 1988), ou mesmo junto aos quilombos e ainda na formação de pequenas posses pelos pobres e livres, em áreas distantes do litoral, ao adentrarem mais e mais o interior na busca de lugares em que ainda o poder do mando e da violência não tivessem se edificado.

Por isso, cabe retomar o fato de que, se para alguns setores da sociedade a terra é espaço puramente econômico, medida pelo seu valor em lucro de produção, em *commodities*, para os agricultores familiares ao longo da história e para o Cinturão Verde, em particular, diferentemente, a terra tem o sentido ampliado, de vida, de onde as relações

familiares, culturais, comunitárias, se enraízam e se confundem com o trabalho e o ato, aparentemente simples, de se alimentar. Muitos quintais são lugares repletos de vida, trabalho e produção e os “criames” de animais são parte intrínseca da dinâmica familiar. As pequenas produções da agricultura familiar levam em conta o sustento das famílias e desses animais, e os excedentes, quando possível, garantem a aquisição do que não se produz nos lotes. Assim, uma das entrevistadas nos aponta como sua relação com a terra de trabalho é algo que se confunde com a própria vida:

[...] pra mim significa tudo, é o meu trabalho, é meu sossego, é tudo pra mim, né? Você vê, a gente levanta cedo, eu já lavei roupa hoje, eu já mudei planta, eu já podei, você vê a minha sujeira, suada, né? Eu gosto de trabalhar (Entrevistada 04).

As narrativas dos moradores nos trazem os sentidos do passado em suas memórias, mas também a possibilidade de apreender, no presente, as suas vidas cotidianas, as pequenas batalhas e alegrias, marcadas pelo trabalho na terra, como se vê no relato anterior. Esta moradora e produtora do Cinturão Verde foi uma das entrevistadas que mais nos apresentaram esta dimensão da terra como morada da vida ao narrar o que se vive em seu cotidiano:

Meu dia a dia é assim, de manhã eu trabalho a manhã inteira, aí que eu venho embora (da roça do lote), pra limpar casa, lavar banheiro, fazer almoço né, aí a tarde, é minha, que daí eu vou sentar com minhas filhas, que tomar chimarrão, tomar café (risada), é desse jeito. (...) É mandioca, é sempre, agora não tem feijão, mas só que não prestou, meu feijão tá bonito, mas as vagens não prestaram né. Aí é, feijão, sempre um pouquinho de milho, mandioca, que nem eu falei, agora que tamo mudando, já vê se consegue uma coisa que dá mais lucro pra gente né, mas mesmo que eu tiver que trabalha o dia inteiro eu acho bom que minha vida é aqui (risada) (Entrevistada 08).

A entrevista sugere a importância da mandioca para as famílias do Cinturão Verde, entre outros alimentos, como o milho e o feijão. A mandioca, historicamente conhecida como o “pão da terra”, cultivada e consumida como alimento basilar na dieta dos povos originários e dos colonizadores e de outros povos que aqui chegaram - os quais adquiriram este hábito alimentar a partir dos saberes indígenas (PEDROZA, 2014) - é um alimento fundamental para a dieta dos povos da terra, dos campos e cidades, desde ao menos milhares de anos, se considerarmos que a história não se limita ao olhar do colonizador. Era

ainda, nos tempos da América Portuguesa e do império lusitano, a base de alimento nas embarcações que trafegavam pelos vários continentes, levando pessoas e mercadorias, entre elas, negros e negras escravizados, e ainda nos tempos do Império do Brasil e da República, chegando ao tempo presente com a mesma intensidade nas mesas, especialmente, dos pobres da terra, dos campos e cidades.

Sendo um alimento de fácil cultivo e consumido sem processamento, a mandioca pode ainda gerar subprodutos que são muito usados na culinária brasileira, como farinha e o polvilho, entre uma infinidade de outros produtos. Entender a importância da mandioca para os moradores e produtores de alimentos do Cinturão Verde, como base para a alimentação das famílias, e cujo excedente pode ser comercializado, implica dispor-se a apreender a importância deste alimento ao longo da história do Brasil, tal como se desprender de preconceitos arraigados na leitura que limita a produção ao mercado, pura e exclusivamente.

Para além da referência à produção de alimentos fundamentais como a mandioca, as narrativas apontam também que marcos políticos, delineadores das relações de passado, presente e devir, estabelecidos costumeiramente nos temores, mas ainda nas esperanças, entre ir e ficar, desistir e lutar, passam em muito pelo diálogo com o poder público. Para esta afirmativa retomamos o relato de Seu Doro, e observamos que, ao narrar sua história de vida no Cinturão, demarcou o tempo a partir dos mandatos dos prefeitos, demonstrando quais deles os apoiaram, em suas lutas e reivindicações, e quais fizeram o temor crescer:

Aí foi a época que entrou Dr. Issan, nós passemos por Miguel, passemos por Dr. Antônio, passemos por Batistão, Batistão que deu essa beirada aí, na época. E aí, pra nós, dos governo, dos prefeitos, foi o rei pra nós, foi que deu todo apoio né (referindo-se a Issan) (...) E aí, todo, todos prefeitos, davam contrato, eu mesmo tinha o contrato do Issan, ele pegou a assinatura dele, fez o contrato e deu pra nós, né, daí pra cá, nunca mais teve contrato. Teve o contrato da Dona Simone, mas alguma pessoa, foi, foi lá, os primeiros que pegou, que foi lê, é, é uma coisa sem futuro, pra nós é uma coisa sem futuro, não tem defesa nenhuma pra nós, tá entendendo, foi dona Simone, e pronto, e pra cá não teve mais contrato, de, de, de prefeito nenhum, num existiu mais contrato, o problema daqui é esse, é que, a intendência da prefeitura é retirar nós, de dentro, de dentro desse lugarzinho aqui que nós mora (Entrevistado 06).

As relações de tensão, de encontros, mas bem mais de desencontros com a prefeitura, expressam ainda os sentidos atribuídos no que concerne ao apoio, ou ausência

deste na produção, como, por exemplo, para gradear a terra ou ainda no fornecimento de alguma assistência técnica. Uma moradora, ao tratar do tema, apontou que: “É, igual ele falou, um casamento mal sucedido mesmo (risada), por causa que é que nem eu falei, eles não dão uma mão pra gente, eles só assusta a gente, falando que vai tirar, que vai, a gente vai sai sem direito a nada, né?” (Entrevistada 01).

Tedesco (2011), ao abordar as “memórias em batalhas”, reforça a “memória como algo dinâmico, importante mecanismo e recurso para a esfera do poder político” (p.17). As abordagens desse texto, mesmo que centradas na discussão da memória patrimonial, nos levam a indagar as relações de poder que permeiam a disputa de memórias entre os órgãos públicos, imprensa e a universidade e, neste sentido, nos remetem ao trabalho desenvolvido por nós no Cinturão Verde. Ao referir-se aos dois horizontes de possibilidades da memória Tedesco aponta para o “esquecimento deliberado”, o que nos leva a indagar os silenciamentos fabricados pela imprensa e órgão público em relação aos projetos de extensão desenvolvidos pela UFMS:

Nesses dois horizontes de possibilidade da memória para a manipulação e/ou empoderamento, estão presentes esferas do poder, dito gerenciamento social, dos acordos mínimos com o tempo e com os fatos, da reconstrução de tradições e identidades de grupos, mas, acima de tudo, do esquecimento deliberado. A utilização deliberada do esquecimento manifesta o caráter seletivo da lembrança e, por isso, da instrumentalização e uso da própria memória (TEDESCO, 2011:17).

Há de se observar, como dito na nota 07, que este silenciamento não parte da comunidade envolvida, mas das estruturas de poder político e dos meios de comunicação que, intencionalmente, tentam imputar ao espaço da universidade o vazio. Talvez até numa nítida intenção de que outros grupos e/ou movimentos não percebam este lugar/instituição como lugar de produção do saber, que pode e deve estar voltado à defesa dos interesses da comunidade, especialmente no (re)contar da história e da memória daqueles que mais necessitam. Sendo também produtora de memórias, como sugere Tedesco, cabe à Universidade, em nosso entender, (re)constituir essas histórias, daí a importância deste texto também como produtor de memórias que diferem e se confrontam com a memória oficial.

Instituições também podem ser mediadoras desse processo na medida em que fazem trabalhos de mobilização, de pressão pela lembrança, de

reivindicações de ações de comemoração e de denúncias. Isso demonstra que a memória é algo útil na mão de atores sociais, pode servir de lucro simbólico e estratégico, expressão da convicção, dos valores, representações e controles sociais (2011:20).

Essa disputa não se dá apenas no campo da memória, ou ainda do conceito de terra como morada da vida, mas também no campo da paisagem. Como já dissemos, órgãos de imprensa muitas vezes se referem ao Cinturão como uma favela, desconsiderando esta paisagem marcada por bananeiras, coqueiros, napiês, canas e ingás, entre outros alimentos, em terreiros repletos de árvores e de uma pequena roça, ainda que restritas à extensão de 01 hectare. As famílias nos mostram seus pomares e roças, com orgulho, e revelam que a segurança alimentar conquistada no lote lhes garante dignidade e satisfação. Isso pode ser observado na fala de um morador, de 88 anos, que, embora adoentado, com dificuldades de produzir como outrora, com satisfação nos apresenta o seu plantio:

Igual tá vendo aí. Tem cacho de banana aqui, quando a gente colhe, deste tamanho, e tem ali, um cacho. É alimento pra gente, você vai comprar na cidade é cinco conto a dúzia, ou o quilo, quatro conto, cinco conto. Se aqui Deus nos dá, e a gente trabalhando (Entrevistado 07).

A narrativa é a de orgulho da produção, mas, ao dar continuidade ao raciocínio, retoma a dialética da tensão já observada aqui:

E nós não tem mais fartura por causa disso também, o povo desanima a gente, desanima a gente. Você, quando você quer prantá alguma coisa, vem outro e desanima, vem outro e desanima. Então como a gente vai prantá, pra deixar tudo aí? Então, tá difícil isso aqui (Entrevistado 07).

A insistência do texto no tema da insegurança quanto a permanência na área, entre o ir e o ficar..., revela a preponderância do temor como balizador do cotidiano e da memória desses homens e mulheres. Outro marco da memória, como já ressaltado, são as recordações dolorosas e mesmo a referência aos impactos frente à construção da rodovia inaugurada em 2016, que corta o território do Cinturão Verde e liga o estado de Mato Grosso do Sul a São Paulo, saindo em Castilho-SP. Os moradores relembram do processo de indenização de famílias que foram impactadas, que se revela traumático em suas memórias, como na fala de Seu Doro: “É, esse pessoal, quando teve essa estrada, que veio a indenização de não sei quantas famílias, eles pegaram, deram, essas benditas daquelas

casinhas, aqueles prédios, saíram vários daqui, e deu aquela, e deu aquela indenização daquela estrada” (Entrevistado 6). Ainda sobre esta estrada, outra agricultora observou:

Aí você vê, fizeram essa, essa rodovia aí, num deixaro nenhuma passarela pra gente passar. Eu fazia ginástica na cidade, num posso ir mais por conta disso daí, né? E a gente sofre, trabalha, só minha ajuda é a do céu que Deus manda né, porque não tem ninguém pra ajudar a gente né, e a gente vai, esses quase vinte anos, esse tipo de sofrimento, eu já falei pro Luiz, eu falei, Luiz, tudo que eu fiz tá aqui, eu falei, a minha vida tá aqui, se me tirarem daqui e me porem numa terra crua, eu vô fazer o que mais com essa idade, sozinha? Que na época eu tinha meu marido, agora não tenho mais, né? Vou fazer mais o que, se eles me arrancar daqui, me por num... ou me dar uma casinha dessas aí, aí eu vou morrer amanhã (risada). Costumada a trabalhar, aí chego lá num tenho nada o que fazer né? Gosto das minhas criação, de ver minhas plantas aí, você vê, é tudo cuidado né? Agora a gente num tá tendo muita plantação de feijão de milho, mas tem maracujá, tem amora, tem acerola, tem limão. A gente tem muita coisa plantada aqui né, que tá quase tudo cheio por aí, né (Entrevistada 01).

Passado e presente se encontram no bojo das tensões. Mas há um devir marcado por esperanças. Outro morador indica que tem sonhos de um Cinturão Verde reconhecido pela sociedade três-lagoense, alertando que para isso seria importante: “Que tenha um projeto, né? E que esse projeto seja cumprido por todos, pra facilitar a vida de todos, e outra, a população inteira da cidade, né? E que sirva de exemplo pro mundo, também” (Entrevistado 07). Ao explicitar o exercício do trabalho com a História Oral e a experiência que se adquire nesse trajeto de coleta de relatos e reconstrução de histórias, Delgado novamente nos instiga a desvelar que caminhos foram traçados na busca dessas memórias:

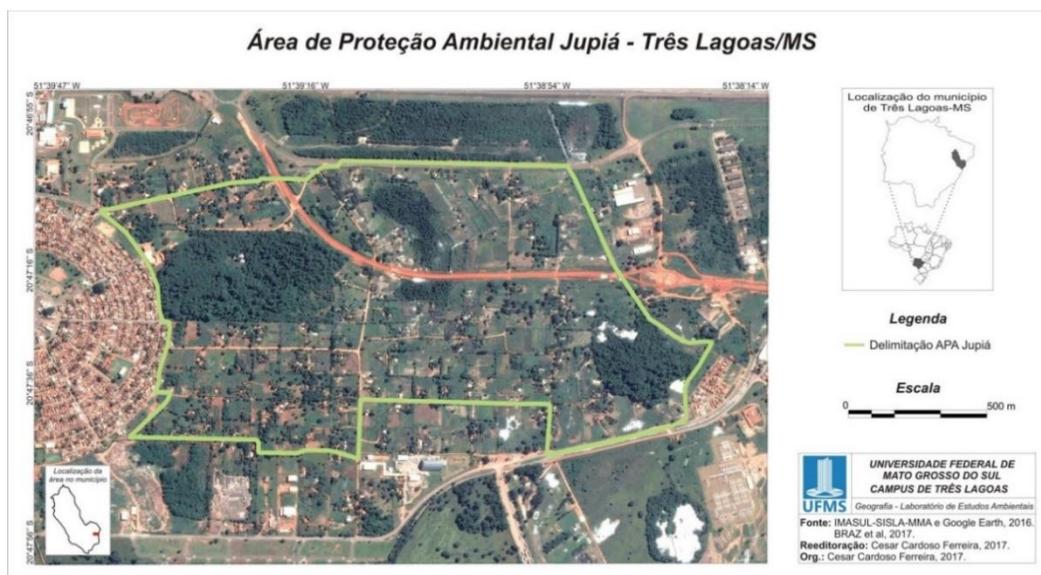
Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado (DELGADO, 2003:22).

As narrativas, entretanto, apontam para a latência dos pontos de tensão que marcam essa história, porque a iminência da expulsão, do despejo, está presente em todas as falas, mesmo em lembranças longínquas, mas, sobretudo, no tempo presente. Existe, por outro lado, a esperança e a *quase* certeza de que os órgãos públicos – responsáveis por

acompanhar e assessorar projetos e ações voltados para a agricultura familiar – serão firmes na propositura de projetos que contribuam para que as famílias possam continuar vivendo e produzindo no Cinturão Verde.

### Algumas considerações

Os resultados do projeto de extensão realizado em 2017, especialmente a partir do trabalho com as fontes orais, possibilitaram observar que os problemas que envolvem o processo de ocupação e regularização das famílias na área do Cinturão Verde não se limitam apenas à discussão da produção voltada para o autoconsumo ou para o mercado. Ao analisarmos o processo de ocupação do território, como evidenciou a cartografia, vimos uma sobreposição de áreas e até mesmo de leis, ao constatarmos a existência da Área de Proteção Ambiental, conforme a figura 2<sup>13</sup>.



No que tange aos dados socioeconômicos e produtivos, contestamos a afirmação de parte dos órgãos da imprensa do município de Três Lagoas e de outras instâncias e representações, que insistem na afirmativa da inexistência de produção nos lotes do Cinturão Verde, e evidenciamos que as famílias do Cinturão Verde produzem, de forma

<sup>13</sup> Figura 2: Obtida a partir dos dados do IMASUL e editada pelo Laboratório de Estudos Ambientais da UFMS/CPTL como parte do projeto de extensão.

geral, com a dimensão da produção da agricultura familiar. Uma dimensão que se fundamenta na diversidade de alimentos voltados principalmente para o autoconsumo, gerando sustentabilidade e soberania alimentar, o que não lhes impossibilita – pelo contrário – de venderem o excedente para o mercado local.

Nas narrativas orais esta dimensão ficou evidente, pois as histórias e memórias explicitaram pertencimento ao lugar e um vínculo umbilical com a terra, numa perspectiva de campo intrínseca ao trabalho e a vida, de forma indissociável. Os marcos de memória transitam entre o enaltecimento da vida camponesa que levam, de produção de alimentos que independe de padrões e o temor do despejo, mas não é possível negar que é o medo constante de terem que partir o que ronda e marca a vida, a história e a memória, refletindo, por outro lado, um território em disputa, do qual não querem abrir mão.

Cenário de muita e diversa produção de alimentos, a despeito da ausência de projetos públicos e de assistência técnica, vale ressaltar que encontramos no Cinturão Verde uma diversidade de situações sociais que aponta para a sua complexidade socioeconômica. Como reforçamos no Relatório:

Esta realidade diversa exige um olhar mais cuidadoso dos poderes públicos municipais e estaduais, da sociedade e da imprensa local, a fim de evitar generalizações, as quais na maioria das vezes são preconceituosas ou então derivam em soluções impostas de cima para baixo que não levam em conta esse ambiente de vida e de trabalho marcado pela distinção (RELATÓRIO, 2018: 69).

Destacamos ainda que:

As mazelas sociais, decorrentes da nova situação de desenvolvimento industrial e econômico, vividas por quem não adentra a ordem do progresso a qualquer custo, demonstram situações que necessitam de soluções à luz de projetos socioeconômicos que valorizem o Cinturão Verde como espaço de produção da vida. Esperamos que a opção das políticas públicas municipais, estaduais e federais seja a da agricultura familiar, pelas pessoas que ali estão produzindo e vivendo da terra, e não somente pelo desenvolvimento do parque industrial à revelia desses agentes sociais. As vidas valem muito mais do que a mercadoria (RELATÓRIO, 2018: 69).

Diante dessa complexidade socioeconômica do Cinturão Verde, apreendida, ao menos em parte, por meio do trabalho de campo, na aplicação dos questionários e na coleta dos registros orais, é possível afirmar que os homens, mulheres e crianças que ali se

encontram desejam ficar, e, no modo possível de cada dia, vem lutando pela permanência na terra, especialmente na produção de alimentos. Entre o “ir e o ficar” é o enraizamento que essas pessoas buscam. Aprendermos esses sentimentos como marcos de memória foi exercício possível especialmente após a análise dos relatos orais, como contribuição da História ao projeto de extensão. Nessa perspectiva, observamos que Certeau, ao tratar o lugar social do historiador na “operação histórica” afirma que o discurso científico, ao desprezar ou ignorar a relação com o “corpo social” não é capaz de articular uma prática: “[...] essa relação com o corpo social é precisamente o objeto da história, não poderia ser tratado sem também colocar em questão o próprio discurso historiográfico” (1979:22).

Ao apontar para a “fabricação da história” e para a dinamicidade das fontes a dar vida ao ofício do historiador, enuncia este autor: “De resíduos, papéis, legumes, até mesmo de geleiras e de ‘neves eternas’, o historiador faz *outra coisa*: faz deles história. Artificializa a natureza. Participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente e dessa forma modifica a natureza do homem” (CERTEAU, 1979:29) (grifo do autor). A partir das fontes coletadas, imagens, questionários e relatos, visamos escrever parte desta história e memória do Cinturão Verde, no sentido mesmo de entendê-las como instrumentais de luta para que tomassem em suas mãos a sua própria história e buscassem inverter a lógica da expulsão e do despejo, sustentada na leitura arbitrária e fria de dados fabricados à revelia dos interesses dessas famílias.

Nessa perspectiva, as considerações de Portelli (2017) são significativas para a compreensão da história oral como instrumento de produção do saber partilhado por meio das relações. Nas palavras desse estudioso das fontes orais:

[...] a história oral é uma arte, além de escutar, de relação: da relação entre a pessoa entrevistada e a pessoa que entrevista (diálogo); a relação entre o presente sobre qual se fala e o passado do qual se fala (memória); a relação entre o público e o privado, a autobiografia e a história; a relação entre oralidade (da fonte) e escrita (do historiador) (2017:184)

Ao pensarmos a relação vivida pelos agentes da pesquisa e o movimento de “operação histórica”, partindo também de Portelli, é possível entender a história oral como uma “história dos acontecimentos, história da memória, e revisão dos acontecimentos através da memória” (PORTELLI, 2017:184). Por possibilitar este exercício dialógico torna-se então em todo o ato de confecção da fonte oral um instrumento de luta para as

famílias, já que ao se (re)conhecerem nas narrativas da história do lugar, no ato de rememorar as ações e reações vividas individual e coletivamente, (re)conhecem ainda a força que a subjetividade partilhada propicia, ao conjugar interesses comuns, e propiciar a consciência da realidade e a necessidade de nela intervir.

Se a produção da história deriva e se materializa no lugar ocupado por nós, historiadoras, na interpretação das experiências, da ação humana e, conseqüentemente, da vida dos agricultores familiares do Cinturão Verde, nesta “operação histórica” e em meio a este exercício buscamos captar as esperanças, os temores, os medos, mas ainda os desejos de superá-los. Tal ação levou-nos à percepção de que os caminhos trilhados por essas famílias em meio às intempéries vividas no modo possível de cada dia, tal como os passos do andarilho de Certeau (1979) conduziam-nos – sem que necessariamente soubéssemos de antemão – ao encontro desses sonhos e em sua defesa, na tentativa de torná-los visíveis aos olhares do poder público. Se conseguimos este intento, como comprova a nota de rodapé 07, as palavras de Brecht na epígrafe deste texto encontraram então terreno para se enraizar.

### **Referências Bibliográficas**

BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado*. São Paulo: Annablume, 2010.

BORGES, Maria Celma. Nos marcos da memória a (re)construção do direito moral: práticas de luta dos Sem-Terra no Pontal do Paranapanema (SP). *História Social* (Campinas), v.?, n.12, 2006, p.53-72.

BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1997.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da História Social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. *História & Perspectivas*. Nº42, jan./jun. 2010, p. 31-48.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre. (Orgs). *História: novos problemas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: *História Oral*, n.6, 2003, p.9-25.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v.07)

HOBBSAWM, Eric. A História de baixo pra cima. In: *Sobre História*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.

JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *O Brasil Colonial* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. In: *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v.7, n.13, jul-dez 2017, p.182-195 (Tradução de Lila Cristina Xavier Luz)

QUEIROZ, Juliana V. *Agricultura Familiar Camponesa e Agroecologia em Três Lagoas/MS: algumas aproximações*. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas/MS, 2013.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RELATÓRIO Final. Cadastramento socioeconômico das famílias do Cinturão Verde e levantamento cartográfico. Projeto de Extensão PAEXT/2017, Campus de Três Lagoas, UFMS, 2018.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, ElianeTomiasi; FABRINI, João P. (Org). *Campesinato e territórios em disputa*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

TEDESCO, João Carlos. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. In: Cadernos do CEOM, Ano 25, n.34. Arquivos e tecnologias digitais, 2011.

TEDESCO, João Carlos. Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. In: *História: Debates e Tendências*, vo.13, n.2, Jul/dez 2013, p.343-353.

O CINTURÃO VERDE E OS MARCOS DE MEMÓRIA DA TERRA:  
ENTRE IR E FICAR...

TRÊS LAGOAS, Lei Municipal 1807/2002: Dispõe sobre a denominação de “Cinturão Verde” as áreas descritas, destinadas à produção de hortifrutigranjeiros e dá outras providências. Disponível em [HTTPS://leismunicipais.com.br/a2/ms/tres-lagoas/leiordinaria/2002/180/1807/lei-ordinaria-n-1807-2002-dispoe-sobre-a-denominacao-de-cinturao-verde-as-areas-descritas-destinadas-a-producao-de-hortifrutigranjeiros-e-da-outras-providencias](https://leismunicipais.com.br/a2/ms/tres-lagoas/leiordinaria/2002/180/1807/lei-ordinaria-n-1807-2002-dispoe-sobre-a-denominacao-de-cinturao-verde-as-areas-descritas-destinadas-a-producao-de-hortifrutigranjeiros-e-da-outras-providencias). Acesso em 19/02/2019.

**Recebido em: 14 de setembro de 2018**

**Aceito em: 13 de dezembro de 2018**